

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.505 - RS (2019/0067266-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO**  
**SICREDI PIONEIRA RS - SICREDI PIONEIRA RS**  
**ADVOGADOS : ELÓI CONTINI E OUTRO(S) - RS035912**  
**TADEU CERBARO - RS038459**  
**RECORRIDO : JOSE SCHNEIDER**  
**RECORRIDO : SCHNEIDER PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA**  
**RECORRIDO : CHOCOLATE DO PARKE LTDA**  
**ADVOGADOS : ANA MARIZA IGANSI DE SOUSA - RS033356**  
**SORAIA DE CÁSSIA HEBERLE - RS090768**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. BEM DE FAMÍLIA. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO QUANTO A ANÁLISE DE TEMA RELEVANTE PARA O JULGAMENTO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. RETORNO DOS AUTOS PARA JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO.

## DECISÃO

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO SICREDI PIONEIRA RS – SICREDI PIONEIRA RS (SICREDI) ajuizou execução de título extrajudicial contra JOSÉ SCHNEIDER e outros (JOSÉ e outros), com fundamento em cédula de crédito bancário.

O Juízo de primeira instância deferiu requerimento de averbação premonitória em matrícula de imóvel de JOSÉ (e-STJ, fl. 62).

Interposto agravo de instrumento por JOSÉ e outros, o Tribunal gaúcho deu-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 161):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO. AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA. ART. 828 DO CPC/2015. LIMITAÇÃO AOS BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. CASO. BEM DE FAMÍLIA. RECONHECIDA A IMPENHORABILIDADE.*

*O art. 828 do CPC/2015 limita a possibilidade da averbação premonitória aos bens passíveis de penhora. Bem de família. Impenhorabilidade. É impenhorável o único imóvel residencial do*

# Superior Tribunal de Justiça

*devedor utilizado para fins de subsistência ou de moradia da sua família. Impende destacar que a proteção ao bem de família, cujo assento constitucional está embasado no direito social à moradia (artigo 6º da CF), constitui materialização da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana, que visa assegurar o chamado “mínimo existencial”, como afirmação do princípio da dignidade da pessoa humana.*

*Caso. Reconhecida a impenhorabilidade do bem em análise, eis que há provas de que a família do agravante nele reside, em especial, sua filha, atualmente menor impúbere, à qual tocou o bem quando da homologação da ação de dissolução de união de fato.*

*DERAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME.*

Os embargos de declaração opostos por SICREDI foram rejeitados (e-STJ, fls. 193/200).

Inconformado, SICREDI interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 1.022 do NCPC e 3º, V, da Lei nº 8.009/90, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi omissos quanto a exceção à impenhorabilidade; e (2) a impenhorabilidade do bem de família é afastada quando o bem é dado em garantia hipotecária.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ, fls. 234/248).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal gaúcho admitiu o apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## Da violação do art. 1.022 do NCPC

SICREDI alegou que a impenhorabilidade do bem de família estaria afastada, por força do inciso V do art. 3º da Lei nº 8.009/90, tendo em vista que o imóvel foi dado em garantia em outros quatro títulos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Da acurada análise dos autos, verifica-se que o TJRS concluiu que o imóvel seria considerado bem de família, visto que a filha do executado, menor impúbere, residiria no imóvel.

Todavia, o Tribunal gaúcho rejeitou os embargos de declaração, sem se pronunciar quanto a alegação de que a impenhorabilidade seria afastada em face de o imóvel ter sido oferecido em garantia em outros quatro títulos.

Assim, forçoso reconhecer que a análise da tese de SICREDI é relevante para o julgamento da lide.

Contudo, a moldura fática presente no acórdão recorrido, como se vê, não fornece elementos concretos para apreciar a alegação e que a vocação ínsita do recurso especial não permite a incursão na seara probatória dos autos, que deverá ser realizada pelo Tribunal gaúcho.

Merece acolhimento o recurso especial quanto a violação do art. 1.022 do NCPC, ficando prejudicadas as demais violações aduzidas no apelo nobre.

Nessas condições, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial e, nessa extensão, **DOU-LHE PROVIMENTO** para, reconhecendo a violação do art. 1.022 do NCPC, determinar o retorno dos autos ao TJRS para que analise a tese aduzida nos embargos de declaração como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator